

O LUGAR DAS SISTEMATICIDADES LINGÜÍSTICAS NA ANÁLISE DE DISCURSO (*)

Eni Puccinelli ORLANDI (UNICAMP)

ABSTRACT: Discourse Analysis (as pursued by the French School) presupposes Linguistics. That is what makes it distinct from the classical Content Analysis of Texts. On the other hand, the way it works the exteriority, taking in consideration the ideology, distinguishes it from the discourse analysis which is inscribed in Pragmatics. In fact, the Discourse Analysis of the French School works the contradictory relation between Linguistics and the Science of the Social Formations. This paper focuses on some of the fundamental features of the French School and the status of strictly linguistic elements within its theoretical framework.

0. Introdução

Uma análise de uma seqüência lingüística do ponto de vista de sua estruturação em língua faz dela um enunciado, um texto; um estudo das condições de produção desse texto faz dele um discurso (Guespin, 1976). Eis toda a diferença.

Procuraremos aqui distinguir o que é da Lingüística e o que é da Análise de Discurso (daqui para frente AD).

O objeto da Lingüística é a língua (e é tarefa do lingüista dar conta desse objeto que ele considera autônomo, e que é a língua para o lingüista); o objeto da AD é o discurso, que supõe uma autonomia apenas relativa do lingüístico (e é assim a língua para o analista de discurso), já que ele postula que a linguagem tem uma relação necessária com a exterioridade e a possibilidade de encontrar regularidades no discurso se vincula ao fato de referi-lo às suas condições de produção.

O discurso para o analista de discurso é um objeto histórico cuja materialidade específica é lingüística. E aí reencontramos a relação

complexa entre o lingüístico e o discursivo, entre a língua e o discurso, entre a Lingüística e a Análise de Discurso. Como veremos mais adiante, são relações não redutíveis umas às outras.

Para compreendermos essa relação, vamos relembra Courtine (1982): "o discurso, diz ele, materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico, no sentido em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e em que, inversamente, ele manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia". Gostaríamos de aqui referir o deslocamento, que temos produzido em nosso trabalho, passando de uma definição sociológica para uma definição discursiva de ideologia: esta não se apresenta como ocultação (ou dissimulação) mas como transposição (simulação) de sentidos em outros pela relação necessária com o imaginário, que atravessa a relação linguagem/mundo, determinado pela história num dado estado da formação social. Ou dito de outra forma, trata-se do necessário apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação, na sua ilusão de "dar" sentido: a produção do efeito de "evidência".

É ainda Courtine (idem) que nos diz que "o discurso como objeto deve ser pensado em sua especificidade, evitando assim que ele seja reduzido à análise da língua ou que se dissolva no trabalho histórico sobre a ideologia como 'representação". Nesse sentido, isto é, no que vê no discurso um objeto teórico e de análise específico, é que julgamos útil também especificar a noção discursiva de ideologia: a que se define no domínio da interpretação e que se inscreve como relação imaginária com as condições de existência, ou mais propriamente: ela se define pelo fato de que o sentido tem uma direção historicamente determinada em um imaginário social que é político.

1. Análise de Discurso e Lingüística

O discurso é, como já dissemos, o lugar de contato entre língua e ideologia. E na medida em que esse objeto - o discurso - instala-se em um quadro teórico específico - o da AD - a noção de língua já não é a mesma (não se reduz à) da Lingüística, assim como a noção de ideologia não é a da sociologia. O que a AD faz é colocar questões lingüísticas no interior da própria Lingüística assim como intervém no campo das ciências das formações sociais colocando questões

específicas à ideologia.

Por outro lado, assim considerando seus diferentes objetos, podemos ilustrar a diferença entre a AD e a Lingüística, dizendo que a Lingüística procura dar conta dos mecanismos que tornam possíveis todas as frases da língua e a AD trata do que faz com que um discurso seja uma seqüência real única. O repetível na Lingüística é formal (número finito de regras produzindo todas as frases da língua) e o repetível na AD é histórico (o efeito do já-dito que sustenta toda possibilidade de dizer).

Trabalhando essa sua contradição de origem (já que nasce nessa relação com a Lingüística mas dela se afasta) a AD pressupõe a Lingüística e é pressupondo a Lingüística que ela se distingue da análise clássica de conteúdo. A AD pára na materialidade da linguagem, não a atravessa como algo transparente (e sem historicidade) em busca de um seu conteúdo mais além. E é assim, pressupondo a Lingüística - considerando a língua como um sistema signifiante - que ela ganha especificidade em relação às metodologias de tratamento da linguagem nas Ciências Humanas.

No entanto, ao mesmo tempo em que pressupõe a Lingüística, ela marca sua diferença em relação a ela, pois a fundamentação de uma teoria do discurso supõe uma mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores ao domínio da Lingüística imanente.

Por que essa necessidade?

Porque a AD se define como uma Semântica. E ao se definir como tal, ela afirma que a Semântica não é como a fonologia, a morfologia ou a sintaxe, apenas mais uma parte da Lingüística, mas o ponto nodal onde se condensam as contradições que desafiam a Lingüística atual (Pêcheux, 1975). Ela é o ponto em que a Lingüística tem a ver com a Filosofia e com a Ciência das Formações Sociais (a maior parte das vezes sem o reconhecer) (idem).

A Semântica é, pois, a pedra de toque na constituição da AD européia. Críticos a uma Semântica intralingüística (a-histórica e sustentada por uma lógica universal), os analistas de discurso franceses propõem uma separação também entre a Semântica Lingüística e a

Semântica Discursiva, sendo esta "determinada historicamente pelas relações ideológicas inerentes a uma formação social dada". Propõem assim uma teorização que inclua a relação do discurso com a história da formação social e com o sujeito dito da enunciação.

Daí a proposta de Pêcheux para o quadro epistemológico da AD que se constitui de: a. Uma teoria das formações sociais e suas transformações, aí compreendida a teoria da ideologia; b. A Linguística como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos da enunciação; c. A teoria do discurso definida como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Essas regiões devem ainda estar atravessadas por uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica. É importante não esquecer que Pêcheux não propõe que a AD produza (ou se substitua a) uma teoria do sujeito ou uma teoria da ideologia. Ele diz que pela teoria do discurso se pode considerar que ideologia e inconsciente estão materialmente ligados na produção de sentidos e que a AD pode intervir no campo dessas teorias.

Como podemos observar, há um lugar explícito para a Linguística no quadro da AD. Vejamos de que natureza é esse lugar.

É tarefa da AD analisar os processos característicos de uma formação discursiva que devem dar conta da articulação entre o processo de produção de um discurso (aí incluída a língua) e as condições em que ele é produzido.

Contra a tendência americana estruturalista - que considera o discurso como uma frase longa e a frase como um discurso curto - essa linha de análise se inscreve na tradição da reflexão sobre a linguagem justamente como uma tendência para superar o behaviorismo e o positivismo da linguística estrutural, assim como o idealismo cientificista da linguística gerativa.

Ao mesmo tempo em que procura ultrapassar o limite da frase (nível último da análise combinatória estruturalista e primeiro da gerativista), a noção de discurso desloca a reflexão da dicotomia língua e fala em que a língua aparece como sistema abstrato (ideologicamente neutro) e/ou como código, com função puramente informativa. Para

tanto, reintroduz na reflexão a noção de sujeito (e por ela a de ideologia) e a de situação.

São essas noções que constituem as condições de produção, enquanto formações imaginárias: a imagem que o locutor tem de seu lugar, do lugar do outro, do referente do discurso; a imagem que o ouvinte tem de seu lugar etc. Estas imagens não são quaisquer umas mas determinadas pelo estado histórico das formações sociais. Resta observar, como diz Pêcheux (1969), que, pelas formações imaginárias, o que funciona no discurso não são os lugares enquanto feixes de traços objetivos, pois eles estão aí representados, isto é, presentes, mas transformados. O que leva este autor a dizer que existem nos mecanismos de toda formação social regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Não há tampouco biunivocidade entre situações e posições - o que nos leva a dizer, em acréscimo, que toda língua é capaz de funcionar com essas regras de projeção. Ou melhor, as posições do sujeito são uma função da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginários. O que nos coloca mais uma vez diante do fato de que a ordem da língua e a ordem do mundo não coincidem e só funcionam pela necessidade do imaginário (em análise de discurso, pela ideologia). Daí dizermos que a língua não é apenas código e não é um instrumento de comunicação ideologicamente neutro. Não se trata de pensar em conteúdos ideológicos mas em funcionamento, em modo de produção de sentidos (e de sujeitos): quando fazemos intervir a noção de discurso, resulta a compreensão de que a língua funciona ideologicamente. E esse funcionamento faz parte da própria natureza da relação da língua com o mundo.

2. O Lingüístico e o Discursivo

De todas essas considerações resulta que o discurso, em sua forma não é mero conjunto de frases; ele é uma totalidade lingüística específica, além da soma das frases que o constitui. De nada adianta, pois, o isomorfismo que estenderia o tratamento das sistematicidades lingüísticas para além da frase.

Nessa relação com o lingüístico, a AD estabelece com a Lingüística uma relação crítica. Observe-se que aqui distinguimos o

lingüístico e a Lingüística já que em AD tem-se que reconhecer que o lingüístico (da língua) não se define só pela sua referência à Lingüística. São noções que, da perspectiva da AD, não se recobrem.

Retomando a idéia de que a AD estabelece com a Lingüística uma relação crítica, podemos dizer que isto se dá fundamentalmente em dois pontos: a. quanto ao objetivismo abstrato e b. quanto ao subjetivismo idealista. O primeiro - objetivismo abstrato - trata a língua como um sistema de regras abstratas e o outro - o subjetivismo idealista - a considera como produto da individualidade. A AD recusa o imobilismo do racionalismo que acabou gerando interpretações mecanicistas incapazes de captar o que é essencial em seu objeto de estudo, isto é, sua inserção no social. E recusa também interpretações de caráter idealista que, se de um lado, reintroduzem o sujeito e chamam a atenção para a importância da ideologia, distorcem esse fenômeno, colocando-o como produto da expressão individualista da personalidade (1).

Há, assim, uma "aplicação" da Lingüística na AD que, no entanto, se faz através da reelaboração contínua dos conceitos lingüísticos com que opera, o que, em última instância, resulta do fato de que a AD trata dos processos de constituição do fato lingüístico (em que a noção de efeitos de sentido é nodal), enquanto que a Lingüística visa ao produto dessa constituição, ou seja, o fato lingüístico já constituído, já subsumido portanto em seus efeitos.

Essa reelaboração se faz em torno de três pontos:

a. Ao trabalhar o conceito de enunciação, a AD propõe a de-centração da noção de sujeito;

b. Ao visar os processos de significação, ela trabalha o caráter material do sentido, sua historicidade (não o objeto formal mas material, cf. Saussure, 1962; não a forma abstrata nem a empírica, mas a forma material). Em suma, a AD objetiva mostrar - quanto ao sujeito e ao sentido (pois os dois se produzem ao mesmo tempo) - que estes não são transparentes e devem ser pensados em seus processos de constituição, em sua materialidade;

c. Ao considerar a relação com a história e com a sociedade, a AD

propõe que a relação entre língua e fala dê lugar a outra relação, esta entre língua e discurso. Desse modo, a AD sai do escopo da dicotomia clássica, propondo outra relação, esta entre língua e discurso, relação que se define não pela oposição mas pela contradição e que põe no mesmo lugar (no discurso) o que estaria separado (o histórico e o social: a língua e a fala) em Saussure. Vale lembrar que o discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso, o que mostra bem o deslocamento que se produz na própria noção de língua quando se desloca, como na AD, a dicotomia língua/fala.

Nessa outra relação, a língua constitui, enquanto invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um momento histórico dado, a condição de possibilidade do discurso. A diferença precisa da unidade (é preciso falar a mesma língua para falar diferente) mas também a unidade precisa da diferença (a diferença é a materialidade específica em que a unidade se exerce, se constitui).

A língua, ou melhor, as sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas, segundo Pêcheux (1975), são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos, de tal forma que essas sistematicidades não existem como um bloco homogêneo de regras, separadas categoricamente: a fronteira entre o lingüístico e o discursivo é constantemente colocada em causa, a cada prática discursiva, pois essas condições materiais de base resultam, elas mesmas, da relação (historicamente determinada) com processos discursivos sedimentados. Nessa perspectiva, a presença do sujeito locutor, por si mesmo, no sentido daquilo que ele enuncia é um fato inexplicável, do ponto de vista da pura sistematicidade (em particular, em uma teoria estritamente sintática). Por outro lado, diz Pêcheux (idem), as teorias idealistas da fala e da enunciação são afetadas por essa dificuldade, por reproduzirem-lhe o mistério sob a forma de uma teoria que repete incansavelmente que o sujeito está na origem do sentido que ele enuncia.

Essas considerações conduziram ao esboço de uma teoria não subjetiva da enunciação e de uma teoria discursiva da língua, não como forma abstrata mas como forma material.

A noção de esquecimento (Pêcheux, 1969, 1975) tem uma função

essencial, sem a qual permaneceria incompreensível a ilusão para o sujeito de estar na origem do sentido que ele enuncia. E veremos como a questão das sistematicidades tem a ver com essa concepção de sujeito.

Para falar do esquecimento é preciso falar sobre a natureza do conceito de sujeito na AD. Trata-se de uma noção também determinada historicamente. Ou seja, há processos de assujeitamento históricos, de tal modo que o que se tem são formas-sujeito. Em nossa formação social, o assujeitamento se realiza sob a forma da autonomia (interna) e da determinação (externa). A nossa forma-sujeito é a de um sujeito autônomo e responsável, com deveres e direitos. A forma-sujeito resulta de processos de identificação em que joga o esquecimento, constituindo a chamada ilusão subjetiva. O sentido aparece como já sendo sempre um sentido e o sujeito como sempre já-lá, para que possa dizer.

É nessa ilusão que os mecanismos sintáticos e de enunciação jogam fortemente. Porque o processo de constituição do sujeito e do sentido desaparece quando o lingüístico intervém (é considerado) enquanto produto, seja no aparelho formal da enunciação, seja no sintático.

E é aí que o significante entra com todo o poder de sua sistematicidade e a construção da ilusão. É essa ilusão que a AD procura atingir, desfazendo sua eficácia, mostrando como ela é produzida. Por isto é importante dar lugar às sistematicidades lingüísticas na AD. Pois é no ponto de articulação da língua com a ideologia, ou seja, no discurso, que se produzem os mecanismos dessa ilusão. É no domínio de articulação lingüístico-ideológica que se produzem tanto os pontos de estabilização referencial quanto os de subjetivação. Unidade, gregaridade e duração. Do sentido e do sujeito. Da língua. Mas há um retorno, sobre o sujeito, da materialidade do mundo e da linguagem: sua corporalidade.

3. Dispositivo Analítico

Daí se saber, em AD, que as marcas lingüísticas não valem por sua evidência empírica ou formal. Elas são pistas (Guinsburg, 1980). Não são encontradas diretamente. Não são auto-evidentes. As evidências já são efeitos, matéria produzida. Para se atingir esses efeitos, é preciso teorizar. E a relação entre as marcas e o que elas significam é tão

indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção. As marcas são construções com efeitos de caráter ideológico. Para atravessar esses efeitos, a AD tem um aparato teórico-metodológico, um dispositivo em que se discriminam etapas de análise e se descrevem os procedimentos:

- a. Superfície Lingüística
- b. Objeto Discursivo
- c. Processo Discursivo

Pela análise, passamos por essas diferentes etapas. Para passarmos de a a b trabalhamos uma forma de análise que opera com o esquecimento número 2 (o da enunciação) e chegamos ao delineamento da diferença entre distintas formações discursivas. Aí intervém o conhecimento lingüístico, do nível da **formulação** (intradiscurso). Como resultado, obtemos o objeto discursivo, que já não é o material lingüístico bruto, afetado pela ilusão subjetiva. Em seguida, passamos para nova etapa de análise, a que nos leva de b a c. Nesta etapa se trabalha o objeto discursivo em direção ao processo discursivo, em que se instala já mais especificamente o jogo ideológico: aí trabalhamos com o esquecimento número 1 (o da ideologia). Estamos nesta etapa no jogo complexo do conjunto das formações discursivas em sua relação com a ideologia. Aí já se desenha a definição ideológica dos discursos e trabalhamos no nível da **constituição** do discurso (interdiscurso). É a etapa em que nos instalamos de forma plena no processo discursivo e, assim sendo, já podemos chegar à compreensão do discurso que é o objeto da análise, isto é, já estamos em medida de compreender como aquele material de linguagem produz sentidos. A esta altura da análise já temos explicitados os mecanismos de funcionamento do discurso que é objeto de nossa investigação.

Devemos acrescentar que a estas etapas de análise correspondem operações que não seguem a linearidade do lingüístico; não se segmenta mas se recorta o fato de linguagem.

Mesmo com todos esses aparatos não é possível ultrapassar os limites da lingüística só pela análise das marcas formais, sejam sintáticas ou da enunciação. Isto porque os diferentes discursos podem apresentar-se formalmente da mesma maneira: por exemplo, tanto o discurso religioso quanto o da publicidade são muito marcados pelo uso

do imperativo. Além disso, as marcas formais podem afetar o processo de enunciação de perspectivas diversas, apresentando diferentes valores significativos, diferentes efeitos discursivos: por exemplo, o apagamento do sujeito no discurso da história e no discurso científico tem direções argumentativas diferentes. No discurso da história, o apagamento do sujeito produz um efeito de objetividade dos fatos (o próprio fato "fala" nesse discurso); no científico, produz o efeito de objetividade do conhecimento (a voz desse discurso é a voz do saber). São processos significativos distintos que só a análise lingüística não atinge.

Isso tudo significa que só pelo lingüístico não dá para distinguir um discurso de outro. Para distingui-los é preciso tomar em consideração a sua exterioridade. No entanto, quando afirmamos que o discurso é um objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico, não estamos levando em conta o social e o histórico como uma vaga interdisciplinaridade no domínio sócio-lingüístico (em nome de co-variações que se inscrevem em uma problemática da homologia) mas para se instituir uma teoria das práticas discursivas ligadas ao conjunto das outras práticas de uma formação social (D.Maldidier et alii, 1972).

Cabem aqui algumas observações sobre a natureza do conhecimento lingüístico que nos interessa. Certamente nos interessa o recorte do quadro teórico que define a própria constituição da Lingüística: aquele que define a língua como um sistema signifiante e que nos ensina que a língua tem sua ordem própria, sua não transparência. Assim como o mundo tem sua ordem própria que não se reduz ao episódio da relação termo-a-termo das palavras com as coisas. Desse modo, podemos dizer que a AD não trabalha com os modelos que são utilizados na Lingüística. Mantida a questão teórico-metodológica, deve-se distinguir, no entanto, esta, do aparelho descritivo, pois esse aparelho pode ser outro. A AD não trabalha pois com os resultados desse aparelho descritivo. Ela constrói aí o seu dispositivo descritivo, o que nos leva a concluir a esse respeito que o aparelho descritivo da AD não é o mesmo da Lingüística. Na análise, o analista de discurso constrói a especificidade de seu conhecimento lingüístico (da linguagem) em uma relação de diferença com o procedimento lingüístico (da Lingüística).

Em suma, ao analisarmos o funcionamento discursivo, não nos basta, então, determinar as suas marcas formais. Por isto introduzimos

uma distinção entre marcas e propriedades do discurso (cf. Orlandi 1983). Segundo esta distinção, as marcas dizem respeito à organização interna do discurso e as propriedades põem em causa a totalidade do discurso em relação com suas condições de produção. Ao apreendermos certas marcas temos de considerar o modo como elas aparecem no discurso, ou seja, temos de estabelecer sua função em relação à propriedade do discurso que é o objeto da análise. Só quando referimos o esquema gramatical (traços ou marcas) às propriedades é que estamos caracterizando um discurso em sua especificidade.

Nos exemplos que citamos acima, podemos dizer que o modo como o imperativo constitui o discurso religioso é diferente do discurso da publicidade, na medida mesmo em que suas propriedades são diferentes. Neles, portanto, as marcas não têm o mesmo sentido. São fatos de linguagem distintos (embora os dados lingüísticos sejam os mesmos).

A AD pode abranger desde análises discursivas de formas lingüísticas precisas, como por exemplo, o uso do "se-verbo" indeterminador, ou a função da própria determinação; ou então de formas lexicais, como a análise de palavras como "comunista" ou "socialista" em textos políticos; ou ainda mecanismos enunciativos como os que caracterizam o discurso polêmico e o didático; ou a distinção de tipos de discurso como o científico e o jornalístico etc; até o estudo de processos discursivos mais abrangentes, tal como o do funcionamento das relativas explicativas e determinativas, que indicam concepções concorrentes da relação entre a ordem do discurso e a das coisas e do pensamento; ou ainda análises que refletem sobre a própria história de conceitos como sujeito, texto, leitura etc.

Essas análises têm objetivos muito diferentes e abrangem uma extensão ampla e variada de fatos de linguagem que ganham uma certa unidade, ou, em outras palavras, são reguladas por um certo número de teses implícitas sobre a língua, a história, a enunciação, entre outras, que compõem o quadro teórico específico da AD.

Como dissemos, a análise das formas lingüísticas em si - como, por exemplo, a da partícula e em Pão e Liberdade - são marcas, traços materiais cujo sentido não é visível por si. Não dizem, em si, nada sobre as regularidades de um discurso. O que a AD visa é a compreensão de

como essas marcas põem em funcionamento certos processos de significação. Aí, sim, podemos falar em regularidades. Pois o modo como as condições de produção de um discurso estão inscritas nele nos permite determinar sua regularidade, ou seja, nos indica justamente qual é sua relação com a Formação Discursiva.

As considerações acima nos levam a dizer, a respeito da relação entre a Linguística e a AD, que não se aplica a Linguística diretamente na AD, antes se concebe o lugar da descrição das sistematicidades da língua na AD. A compreensão desse fato é crucial para os analistas de discurso.

4. Conclusão

Retomando Pêcheux (1982), diremos, enfim, que a Linguística, enquanto teoria sintática, antes de tudo - em oposição à semântica concebida como disciplina independente - tem a ver com uma materialidade de natureza formal. Essa materialidade, que é a da sintaxe, ao mesmo tempo em que é o objeto possível de um cálculo, escapa, no entanto, a ele, na medida em que "o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivas da língua e é por aí que a questão do sentido surge no interior da sintaxe". Citando Canguilhem (1980), para quem o sentido escapa a toda redução por ser antes de tudo "relação a", podendo então o homem jogar com o sentido, Pêcheux (idem) dirá que "se o homem é assim capaz de jogar com o sentido é porque, por essência, a própria língua encobre o jogo, quer dizer, o impulso metafórico interno da discursividade pelo qual a língua se inscreve na história". Ou seja, a Linguística, para se constituir em sua autonomia, "desconhece" o modo pelo qual a língua se inscreve na história.

Para concluir, portanto, podemos dizer que a AD trabalha justamente nesse lugar em que o equívoco faz parte da língua e esta se inscreve na história. Ou seja, no lugar em que a língua faz sentido. É este fato que significamos quando dizemos que a materialidade discursiva é linguística e histórica. E é desse modo que consideramos o discursivo como lugar de explicitação da relação da língua com a história.

(Recebido em 16/03/93 - Aceito em 20/05/93)

NOTAS

- (*) A versão original deste texto foi apresentada como aula no concurso de titular da autora, (1990), no Depto de Lingüística do IEL/Unicamp.
1. Cf. Bakhtine, para quem a substância da enunciação é social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANGUILHEN, G. (1980) *Le Cerveau et la Pensée, Cours Publics de MURS*, Paris.
- COURTINE J.J. (1982) Définition d'orientations méthodologiques en Analyse de Discours, *Philosophiques*, vol.IX, n° 2, Paris.
- GUESPIN L. (1976) Types de Discours ou Fonctionnements Discursifs, *Langages*, 41, Larousse, Paris.
- GUINSBURG G. (1980) Signes, Traces, Pistes .IN: *Le Debat*, 6, Paris.
- MALDIDIER D. et alii (1972) Discours et idéologie: quelques bases pour une recherche, *Langue Française*, 15, Paris.
- ORLANDI, E. (1983) *A Linguagem e seu Funcionamento*, Brasiliense, São Paulo, reedição Pontes Eds, Campinas, 1987.
- PECHEUX M.(1975) Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours, *Langages*, 37, Larousse, Paris.
- _____(1982) Lire l'Archive Aujourd'hui, *Archives et documents*, (Saint-Cloud), 2.
- SAUSSURE F. De (1962) *Cours de Linguistique Générale*, Payot, Paris.